

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/316924258>

Atitudes partidárias e passado autoritário na democracia espanhola

Chapter · January 2013

CITATIONS

0

READS

25

1 author:



[Carsten Humlebæk](#)

Copenhagen Business School

23 PUBLICATIONS 38 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Nacionalismo español: praxis y discursos desde la izquierda [View project](#)









A Sombra das Ditaduras

**A Europa do Sul
em Comparação**

António Costa Pinto
(organizador)

ICS

Imprensa
de Ciências
Sociais

Imprensa de Ciências Sociais



**Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa**

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa – Portugal
Telef. 21 780 47 00 – Fax 21 794 02 74

www.ics.ul.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação
A sombra das ditaduras : a Europa do Sul em comparação /
org. António Costa Pinto. - Lisboa : ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2013.
ISBN 978-972-671-316-6
CDU 321.6



Capa e concepção gráfica: João Segurado
Revisão: Levi Condinho
Impressão e acabamento: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos
Depósito legal: 358974/13
1.ª edição: Maio de 2013

Índice

Os autores	11
Apresentação	15
Capítulo 1	
O passado autoritário e as democracias da Europa do Sul: uma introdução	19
<i>António Costa Pinto</i>	
Capítulo 2	
Justiça transicional e memória: exploração de perspetivas	41
<i>Alexandra Barahona de Brito</i>	
Capítulo 3	
O passado fascista e a democracia em Itália	65
<i>Marco Tarchi</i>	
Capítulo 4	
Partidos políticos e justiça transicional em Portugal: o caso da polícia política (1974-1976)	87
<i>Filipa Raimundo</i>	
Capítulo 5	
Atitudes partidárias e passado autoritário na democracia espanhola	121
<i>Carsten Humlebæk</i>	

Capítulo 6	
Legados repressivos e a democratização dos sistemas policiais nos países ibéricos	141
<i>Diego Palacios Cerezales</i>	
Capítulo 7	
O passado autoritário e a democracia grega contemporânea.	167
<i>Dimitri A. Sotiropoulos</i>	
Capítulo 8	
A política do passado: América Latina e Europa do Sul em perspectiva comparada	189
<i>Alexandra Barabona de Brito e Mario Sznajder</i>	
Capítulo 9	
Legados autoritários, política do passado e qualidade da democracia na Europa do Sul	213
<i>Leonardo Morlino</i>	
Índice remissivo	239

Índice de quadros e gráfico

Quadros

1.1	Justiça transicional na Europa do Sul	28
2.1	O interior e o exterior dos domínios subjetivos	60
4.1	Leis e decretos-leis publicados no âmbito da justiça transicional sobre os ex-elementos da PIDE/DGS (1974-1982).....	100
4.2	O posicionamento dos partidos políticos portugueses relativamente à rutura com o passado (1974-1976).....	104
4.3	Elementos de justiça transicional relativamente à polícia política incluídos nas propostas de Constituição.....	109
4.4	Análise de conteúdo do debate do artigo 16.º no plenário (agentes e responsáveis da PIDE-DGS) (%).....	112
4.5	Resultado das votações em plenário do artigo 16.º, após o debate....	114
4.6	Julgamentos dos elementos da PIDE/DGS: sentenças dos tribunais militares (1976-1982) (%).....	116
5.1	Atitudes perante o regime de Franco (%).....	137
6.1	Sinopse da evolução das forças policiais ibéricas 1974-2000.....	144
6.2	Pessoas mortas pela polícia durante greves e manifestações em Espanha e em Portugal (1970-1995)	157
6.3	Sinopse comparada das mudanças nas forças policiais urbanas.....	162
7.1	Número absoluto e proporção de polícias, guardas e militares processados judicialmente e condenados na Grécia depois da transição para a democracia (1974)	175
7.2	Distribuição dos votos e de mandatos no Parlamento nas primeiras eleições pós-autoritárias (novembro 1974) (%)	177
8.1	As políticas do passado: a América Latina e a Europa do Sul em perspetiva comparada.....	204
9.1	Legados autoritários como constrangimentos da qualidade da democracia.....	222

9.2	Dimensões que influenciaram os legados autoritários (país)	223
9.3	Dimensões que influenciam a política do passado (país).....	223
9.4	Legados autoritários como constrangimentos das qualidades democráticas (país).....	225
9.5	Atitudes perante a democracia de acordo com a autodefinição esquerda/direita (Itália 1958) (%)	230
9.6	Atitudes perante o passado (%).....	230

Gráfico

4.1	Representação gráfica dos argumentos a favor do perdão/Estado de Direito e a favor da punição/responsabilização (%)	113
-----	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Os autores

Alexandra Barahona de Brito é professora no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e investigadora independente e consultora editorial. Doutorada e mestre pela Universidade de Oxford, tem publicado vários livros e artigos sobre justiça transicional, direitos humanos, democratização e relações Europa-América Latina, entre os quais: *Human Rights and Democratization in Latin America: Uruguay and Chile*, Oxford: Oxford University Press (1997); (com Carmen González-Enriquez e Paloma Aguilar), *The Politics of Memory: Transitional Justice in Democratizing Societies*, Oxford: Oxford University Press (2001).

António Costa Pinto é professor no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Doutorada pelo Instituto Universitário Europeu, foi professor visitante nas universidades de Stanford (1993) e de Georgetown (2004), do Instituto de Estudos Políticos (Paris) (1999-2003), e pesquisador visitante nas universidades de Princeton e da Califórnia-Berkeley. Foi ainda presidente da Associação Portuguesa de Ciência Política. As suas principais áreas de interesse incluem fascismo e autoritarismo, democratização, União Europeia e o estudo comparado das mudanças políticas na Europa do Sul. Recentemente publicou: (como org., com Stein U. Larsen e Roger Eatwell) *Charisma and Fascism in Inter-War Europe*, Londres: Routledge (2007); *Elites and Decision-Making in Fascist-Era Dictatorships*, Nova Iorque, NY: SSM-Columbia University Press (2009); *Rethinking the Nature of Fascism*, Londres: Palgrave (2011); *Dealing with the Legacy of Authoritarianism. The Politics of the Past in Southern European Democracies*, Londres: Routledge (2011).

Carsten Humlebæk é professor associado na Copenhaga Business School. Doutor em História pelo Instituto Universitário Europeu, tem

A Sombra das Ditaduras

pesquisado sobre mudanças de discurso nas políticas da memória na Espanha pós-Franco. Entre as suas publicações mais recentes, encontramos artigos nas revistas académicas *History and Memory*, *Iberoamericana Historia del presente* e *Historia y Política*, bem como capítulos em: Luis Martín Estudillo e Roberto Ampuero (orgs.), *Post-Authoritarian Culture: Spain and Latin America's Southern Cone*, Nashville: Vanderbilt University Press (2008); Klaus Ziemer e Jerzy W. Borejsza (orgs.), *Totalitarian and Authoritarian Regimes in Europe*, Nova Iorque e Oxford: Berghahn (2006); e Max Paul Friedman e Padraic Kenney (orgs.), *Partisan Histories*, Nova Iorque e Basingstoke: Palgrave Macmillan (2005).

Diego Palacios Cerezales é professor auxiliar no Departamento de História do Pensamento e dos Movimentos Sociais e Políticos na Universidade Complutense de Madrid. Os seus temas de investigação incidem em política comparada, história de Portugal, movimentos sociais e política e sociedade. As suas publicações mais recentes incluem: *O Poder Caiu na Rua: Crise de Estado e Ações Colectivas na Revolução Portuguesa* (2003); *Portugal: La Difícil Conquista de la democracia* (com B. Gómez, 2006); e *Conflicto Político, Democracia y Dictadura: Portugal y España en la Década de 1930* (com M. Gutiérrez, 2007).

Dimitri A. Sotiropoulos é professor associado de Ciência Política na Universidade de Atenas. Doutor em Sociologia pela Universidade de Yale, foi professor no Instituto Juan March (Madrid) e na Universidade de Creta. As suas áreas de interesses incluem o estudo sobre burocracia e partidos políticos, o Estado de bem-estar, educação superior, sociedade civil e democratização nas sociedades pós-autoritárias e pós-comunistas. Entre as suas publicações em inglês, destacam-se: *Populism and Bureaucracy*, Notre Dame, IN: The University of Notre Dame Press (1996); [com Th. Veremis (org.)] *Is Southern Europe Doomed to Instability?*, Londres: Frank Cass (2002); e [com R. Gunther e P. N. Diamandouros (orgs.)] *The State and Democracy in the New Southern Europe*, Oxford: Oxford University Press (2006).

Filipa Raimundo é doutorada em Ciências Sociais e Políticas pelo Instituto Universitário Europeu (IUE) de Florença. Atualmente é *post-doctoral fellow* na Universidade de Utrecht (Holanda) e colaboradora externa do Robert Schuman Centre for Advanced Studies do IUE. Foi investigadora visitante na Universidade da Califórnia, em Berkeley, e no Instituto Juan March, em Madrid. O seu trabalho tem sido publicado

Os autores

pela Palgrave/Macmillan, Columbia University Press, Civilização Brasileira e *Portuguese Journal of Social Science*. Os seus interesses de investigação incluem democratização, regimes autoritários, justiça transicional, elites e decisão política.

Leonardo Morlino é professor de Ciência Política na LUISS (Roma). Foi professor visitante nas universidades de Yale e Stanford, do Nuffield College (Oxford), do Instituto de Estudos Políticos (Paris), do Instituto Hoover e do Centro para Investigação Avançada em Ciências Sociais do Instituto Juan March (Madrid). Presidente da Associação de Ciência Política Italiana (1988-1991) e coeditor da *Rivista Italiana di Scienza Politica* durante vários anos. Foi também presidente da Associação Internacional de Ciência Política (IPSA). Com mais de 150 artigos publicados em várias línguas, as suas áreas de interesse incidem sobre autoritarismo, teoria democrática e processos de democratização. Entre as suas publicações mais recentes, destacam-se: *Democracy Between Consolidation and Crisis: Parties, Groups, and Citizens in Southern Europe*, Oxford: Oxford University Press (1998); *Democrazie e Democratizzazioni*, Bologna: Il Mulino (2003); e (como org. e coautor) *Assessing the Quality of Democracy*, Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press (2005).

Marco Tarchi é professor no Departamento de Ciência Política da Universidade de Florença. Escreveu sobre o fascismo e o seu legado, crises da democracia, populismo e direita radical. Entre as suas publicações mais recentes, destacam-se: *La «rivoluzione legale»*, Bologna: Il Mulino (1993); *Al MSI ad AN: organizzazione e strategie*, Bologna: Il Mulino (1997); *L' Italia populista: Dal qualunquismo ai girotondi*, Bologna: Il Mulino (2003); «Italy: The Northern League», in *Regional Parties in Western Europe*, orgs. L. de Winter e H. Türsan, Londres: Routledge (1998); e «Italy: early crisis and collapse», in *Conditions of Democracy in Europe, 1918-1938*, orgs. D. Berg-Schlosser e J. Mitchell, Londres: Macmillan (2000).

Mario Sznajder é professor de Ciência Política da Universidade Hebraica de Jerusalém. Recentemente tem publicado sobre os aspetos ideológicos, políticos e económicos do Governo de Pinochet no Chile 1973-1990, e democratização, exílio político e direitos humanos na América Latina. Foi pesquisador visitante da Universidade de Cambridge (1998-1999), da Universidade da Califórnia em San Diego (2001), e da Universidade de Bolonha (2003-2004). Destacam-se como principais publi-



A Sombra das Ditaduras

cações: (com Louis Roniger) *The Legacy of Human Rights Violations in the Southern Cone. Argentina, Chile and Uruguay*, Oxford: Oxford University Press (1999); e *The Politics of Exile in Latin America*, Cambridge: Cambridge University Press (2009).



Carsten Humlebæk

Capítulo 5

Atitudes partidárias e passado autoritário na democracia espanhola

A transição espanhola caracterizou-se pela quase total ausência de ajuste de contas com a ditadura por via judicial. De acordo com Omar Encarnación, Espanha constitui «o caso mais famoso na História recente em que uma nova democracia enfrenta um passado difícil e doloroso escolhendo não o enfrentar» (Encarnación 2008, 436). Só a partir de 2000 é que essa exigência surgiu por parte da oposição ao Governo conservador de então e foi só depois de 2004, é que o processo para acerto de contas com o passado autoritário teve realmente início, tanto a nível de medidas legislativas como em termos de debate público. Os direitos das vítimas do franquismo e da república e a frente de esquerda na Guerra Civil não foram, portanto, tidos em consideração até o Governo de Zapatero chegar ao poder. A questão central deste capítulo será perguntar porque tiveram os espanhóis de esperar tanto tempo – quase 30 anos – para confrontarem o passado não democrático. E, mais especificamente, por que razão os partidos de esquerda, que tirariam vantagem de quaisquer contas com a ditadura, não reivindicaram a abertura de tal processo mais cedo?

Depois de uma breve introdução ao processo de transição democrática, centrada em torno das questões da justiça transicional e da política do passado, analisaremos as atitudes dos partidos políticos em relação ao passado não democrático, em particular os desenvolvimentos no seio do Partido Socialista (PSOE – Partido Socialista Obrero Español). Por fim, discutiremos o processo em curso de contas com o passado ditatorial e as razões que estão por detrás deste desenvolvimento.

Carsten Humlebæk

Rutura e continuidade na transição espanhola para a democracia

Se, em Portugal, a natureza da queda do regime autoritário, em 1974, explica a rutura radical com o passado (Pinto 2006; Maxwell 1995), em Espanha, um sentimento antirrevolucionário particularmente forte levou a uma transição negociada. As atitudes dominantes em relação ao passado autoritário, durante a transição para a democracia, e o tipo de medidas retributivas tomadas estavam, assim, diretamente relacionadas com certas características do regime de Franco, bem como com o modo como ele chegou ao poder, através de uma vitória na sangrenta Guerra Civil. A vitória e o modo como o regime mais tarde se apoiou nela como fonte de legitimidade explicam a existência de uma nação dividida, que nunca se reconciliou durante todo o tempo da ditadura. Consequentemente, perto do fim do regime de Franco, a necessidade de reconciliar a nação era muito amplamente sentida, mas a memória do fratricídio deixada pela guerra e pelos anos imediatamente a seguir constituiu, não obstante, um pano de fundo problemático para a construção de um regime democrático.

Em segundo lugar, a vitória estava combinada com uma leitura particular da história pré-Guerra Civil de Espanha, que via a democracia republicana dos anos 1930 como a razão direta do clima de polarização e violência que levou à guerra. A cultura política dos espanhóis era, por outras palavras, apresentada como inadequada para uma democracia. Usando o exemplo do declínio da Segunda República até à guerra como um aviso, o regime de Franco insistiu em que os espanhóis eram incapazes de viver em democracia sem recorrer à violência, sendo essa a razão para precisarem de um regime como o do *Caudillo*. Este discurso cultivava o medo de que a guerra civil se repetisse como argumento central e muito eficaz.

Em terceiro lugar, a duração da ditadura constituiu um fator que tornou difícil a continuidade com o que fosse que tivesse antecedido. Após quase quatro décadas, várias gerações não tinham conhecido senão a ditadura e tinham sido socializadas por ela para a sua autojustificação, no sistema educativo, no serviço militar, através dos *media* públicos, etc. Nos anos 1970, a maioria dos espanhóis – tanto vencedores como vencidos – estava convencida da trágica leitura da Guerra Civil. Não havia, portanto, nenhuma experiência recente aproveitável de transição democrática na história de Espanha para usar como exemplo para a transição.

Atitudes partidárias e passado autoritário na democracia espanhola

O período em torno da morte de Franco foi marcado por este medo quase avassalador de uma repetição de um cenário semelhante a uma guerra civil (Hite e Morlino 2004). A combinação da necessidade de reconciliar a nação com o medo de conflito traduziu-se numa procura obsessiva de consenso como um princípio indispensável para a mudança política depois de Franco, mas também fez os principais atores absterem-se de qualquer tipo de mudança abrupta que pudesse ser interpretada como revolucionária.

Finalmente, como acima referido, o regime de Franco não foi derrubado por forças internas ou externas, ao contrário das outras ditaduras da Europa do Sul que estavam a atravessar transições para a democracia. O ditador morreu de velho no seu leito em novembro de 1975 e, deste modo, não houve nenhuma sublevação revolucionária, nem havia uma tradição de oposição que fosse motivo de orgulho e a partir da qual se construísse uma nova democracia. Em vez disso, a oposição teve de negociar a construção de um novo regime com uma ditadura franquista que tinha sido decapitada, mas que não deixara de existir. Os fatores supracitados levaram a que a mudança de regime tomasse o rumo de uma transição por reforma, que tinha a introdução da democracia consensual como objetivo último, e como tal uma rutura com o passado, mas que, em cada um dos seus passos, tinha de ser uma reforma caracterizada por respeito pelo sistema autoritário, em termos de estrutura política, instituições e enquadramento judicial (Gunther, Montero e Botella 2004).

A questão da justiça transicional na democratização espanhola

Como foi dito acima, o ajuste de contas por via judicial com o regime franquista esteve quase totalmente ausente. De facto, não foram aplicadas ao regime de Franco nenhuma medida de justiça retroativa, nem o aparelho do Estado foi saneado de nenhum modo sistemático, nem nunca foi instituída nenhuma comissão da verdade ou outra do género para investigar casos de violações dos direitos humanos.¹ Isto não significa, no entanto, que a questão da justiça transicional estivesse ausente do processo de mudança de regime. Pelo contrário, a ausência de confronto ju-

¹ Um bom estudo sobre as questões de justiça transicional no caso da transição espanhola é Aguilar Fernández (2001). Sobre a questão das leis de amnistia, ver também Aguilar Fernández (1997).

Carsten Humlebæk

dicial como o passado é, na verdade, uma indicação de como era importante encontrar as soluções corretas para este problema. A questão da justiça retroativa e das noções implícitas de vingança e de culpa coletiva eram tão delicadas para grupos muito grandes da sociedade espanhola que punham em risco a estabilidade social e política do período inicial da transição, o que foi uma das razões que estiveram por detrás da solução extrema adotada.

O facto de a nova elite política ser constituída tanto por membros da antiga oposição como por seguidores da anterior ditadura, que obviamente não partilhavam uma mesma interpretação daquele período, e a necessidade urgente de alcançar um amplo acordo consensual a respeito da mudança de regime, foram fatores determinantes na escolha de deixar o passado autoritário fora da equação política na criação de uma nova democracia. A transição para a democracia baseou-se, portanto, num desejo mais ou menos explícito de esquecer ou silenciar as dimensões problemáticas do passado. Paloma Aguilar Fernández designou este entendimento comum entre as elites políticas como um acordo tácito para não instrumentalizar o passado politicamente (Aguilar Fernández 2006, 260-270).²

Este acordo não permaneceu apenas como um pacto informal. Foi traduzido em políticas como, por exemplo, uma série de três iniciativas legais relativas à amnistia para crimes políticos, a mais importante das quais foi a Lei de Amnistia de outubro de 1977, aprovada pelo Parlamento democraticamente eleito, com o apoio de todos os principais partidos políticos, com exceção da ala direita da Aliança Popular dos ex-franquistas, que se absteve. A amnistia para todos os presos políticos era uma das exigências mais importantes da oposição à ditadura. Como pedra angular destas reivindicações, a Lei de Amnistia parecia destinada antes e acima de tudo a satisfazer os partidos de esquerda e os nacionalistas catalães e bascos, que tinham sofrido repressão. Mas, de modo igualmente importante, ela também protegia de ações judiciais os perpetradores da ditadura (Aguilar Fernández 1997; 2001, 102-105).

Deste ponto de vista, a questão da justiça transicional na Espanha pós-Franco terminou com a Lei de Amnistia de 1977. Mas, apesar de ser considerada uma amnistia feita por todos para todos, não era estanque e, entre março de 1978 e setembro de 1979, foram aprovados quatro diplomas legais que alteravam a lei ou concediam reparação material para

² Para um estudo sobre a utilização política do passado em Espanha, desde 1975, e a rutura do pacto informal no final dos anos 1990, ver Humlebæk (2005).

Atitudes partidárias e passado autoritário na democracia espanhola

certos grupos. Aguilar Fernández explica esta vaga de leis de indemnização relacionando-a com uma série de situações de injustiça a que era preciso atender, mas, como observou num texto posterior, foi também uma prova de que a Lei de Amnistia deixava questões importantes sem uma solução adequada (Aguilar Fernández 2006, 271-281; 2008b, 419-421). De outra perspectiva, a questão da justiça transicional não ficara arrumada de uma vez por todas com a Lei de Amnistia. Numa democracia, o acordo informal que sustentava a amnistia acabaria por ser um acordo instável, em particular devido ao peso desigual das concessões feitas por uma das partes. Por este prisma, a Lei de Amnistia tornou-se um meio de pôr temporariamente na prateleira o problema da justiça transicional.

A legitimidade da nova democracia e a política do passado

Por várias razões, como se conclui do que ficou dito, a legitimidade foi uma questão delicada durante o período inicial da transição espanhola. As principais razões eram o carácter negociado da democratização e o facto de a mudança de regime ter necessariamente de parecer ser uma reforma do regime existente, protegendo, deste modo, ao menos parcialmente, a sua legitimidade. O período imediatamente a seguir a Franco foi, assim, uma fase liminar sem qualquer fonte clara de legitimidade. A situação só lenta e gradualmente foi sendo substituída por outra, caracterizada por uma nova legitimidade democrática.

O regime democrático em construção sofreu de uma aguda falta de qualquer mito fundador. Não podia basear-se na reabilitação de uma anterior tradição democrática e, através disso, construir continuidade com qualquer período ou regime anterior, nem havia, claro, nenhuma legitimidade revolucionária, uma vez que o ditador tinha morrido de velho. Outros tipos de legitimidade ajudaram a atenuar o vazio de mitos fundadores, como foi o caso da legitimidade carismática de figuras centrais como o primeiro-ministro Adolfo Suárez e o rei Juan Carlos, bem como da legitimidade autenticada por transferência e eficácia, que ficou demonstrada, por exemplo, nas elevadas taxas de participação eleitoral. A primeira vez em que a população espanhola foi chamada a participar no processo de mudança de regime foi por ocasião do referendo sobre a Lei para a Reforma Política, a 15 de dezembro de 1976. Esta lei, que ainda foi aprovada pelo Parlamento franquista, estabelecia a supremacia da lei como princípio político e a soberania do povo através de sufrágio geral.

Carsten Humlebæk

Como tal, foi um dos elementos mais importantes de uma democratização construtiva e pacífica. Apesar do facto de a oposição democrática, que considerava a reforma proposta insuficiente, ter apelado ao voto no «não» no referendo, a participação foi elevada (77,8%) e o projeto foi maciçamente apoiado (94,5% a favor e apenas 2,6% contra). Houve importantes lições desta experiência para os políticos espanhóis. A população tinha votado massivamente a favor da moderação e da reforma, em vez de uma rutura, e, enquanto os políticos se mantivessem nessa via, a legitimidade do processo seria elevada. Em todas as ocasiões desde então, tanto em eleições gerais como em referendos, a população votou consistentemente pela moderação.

A nova democracia tinha de adquirir a sua própria legitimidade sabendo lidar com todos os receios do povo, ao mesmo tempo que construía um novo mito fundador. Neste esforço, o discurso franquista de legitimidade referente ao carácter ingovernável dos espanhóis revelou-se útil como contranarrativa para a mudança de regime que estava de facto a desenrolar-se. Como aquela era uma narrativa bem conhecida de todos que negava a possibilidade de uma transição pacífica para a democracia, o facto de tal transição estar a acontecer servia para reforçar o valor evidente do novo regime. O novo mito fundador que emergiu durante o início da transição foi, deste modo, construído *ex negativo* a partir do discurso franquista de legitimação e, por consequência, fortemente influenciado por ele.

À medida que vários desenvolvimentos foram impelindo Espanha na direção da democratização, o regime franquista caiu progressivamente no silêncio, uma tendência que tinha começado timidamente sob o primeiro Governo franquista da monarquia. Por exemplo, os feriados instituídos durante o regime franquista foram todos recebidos com silêncio oficial, em particular depois da chegada da democracia. Esta nunca foi uma política expressa, porém, e estava em consonância com a vontade de «seguir em frente» e deixar simplesmente o anterior regime em paz. O modo como foi tratada a questão dos feriados franquistas é apenas um exemplo de como a «Política do Passado» se desenvolveu gradualmente e quase nunca foi discutida publicamente. O acordo tácito de não instrumentalizar politicamente o passado era precisamente isso: nunca foi formalmente explicado nem assinado por ninguém. Era, no entanto, um dos elementos mais centrais da política do passado na transição.

O estabelecimento do acordo tácito aconteceu por volta do fim do verão, princípio do outono de 1977, logo após as primeiras eleições e a subsequente constituição do Parlamento democraticamente eleito.

Atitudes partidárias e passado autoritário na democracia espanhola

O facto de ter realizado com sucesso eleições democráticas sem grandes incidentes violentos conferiu legitimidade à transição para a democracia, provando a falsidade do mito franquista da incapacidade dos espanhóis para viverem sob um sistema democrático. De acordo com Aguilar Fernández, o debate inaugural do novo Parlamento, em julho de 1977, e os debates sobre a Lei de Amnistia foram provavelmente o mais próximo a que os políticos chegaram de discutir abertamente o pacto informal sobre o passado. O debate revela que, nesse tempo, palavras como «silêncio» e «esquecimento» tinham conotações positivas para muitos políticos (Aguilar Fernández 2008a, 291-303).

Com a democracia em bom funcionamento, no verão de 1977, e o acordo informal em curso, estavam lançadas as fundações do novo regime e os partidos políticos podiam começar a preparar uma nova constituição – a própria pedra angular da democratização, que assentaria nestes acordos que colocaram passado e presente em dois compartimentos estanques. Que isso fosse apoiado por quase todas as forças políticas, bem como pelos eleitores espanhóis no referendo de 6 de dezembro de 1978, só foi possível porque as forças políticas tinham chegado a este comum acordo em relação ao passado e às formas como este podia ser utilizado no presente.

O facto de a transição para a democracia se ter caracterizado por uma transformação pela via da reforma não significa que não houvesse luta entre rutura e reforma como princípios orientadores para a mudança política. As principais opções, no entanto, eram entre considerar a nova democracia algo radicalmente novo na história de Espanha (rutura) ou ver Espanha como uma das mais antigas nações da Europa e a democratização bem-sucedida como apenas um pequeno passo na sua longa história (reforma). Deste modo, não se baseava na reabilitação do regime de Franco, mas antes em construir continuidade com o distante passado de grandeza de Espanha.

Os partidos espanhóis e o passado autoritário

Depois da morte de Franco, as atitudes em relação ao passado autoritário eram sobretudo ditadas pela anterior divisão entre vencedores e vencidos da Guerra Civil. Durante a transição, esta divisão traduziu-se nas novas estruturas partidárias democráticas. A antiga oposição pôde em geral utilizar estruturas partidárias existentes, que tinham sobrevivido na clandestinidade durante a ditadura, as mais importantes das quais eram o

Carsten Humlebæk

PSOE e o Partido Comunista de Espanha (PCE – Partido Comunista de España) – ambos de esquerda – e os partidos nacionalistas, conservadores moderados, basco e catalão, o Partido Nacionalista Basco (PNV – Partido Nacionalista Vasco) e a Convergência e União (CiU – Convergência i Unió). A direita teve de se reinventar na transição, dado que não tinha estado na oposição à ditadura e, conseqüentemente, não tinha estruturas partidárias clandestinas. Os partidos dominantes criados durante a transição foram a União do Centro Democrático, de centro-direita (UCD – Unión de Centro Democrático) e a Aliança Popular, de direita (AP – Alianza Popular). Desde as primeiras eleições, em 1977, o PSOE tem sido o principal partido de esquerda, enquanto a direita, no início, era dominada pela UCD de Adolfo Suárez, que ganhou as eleições em 1977 e 1979. Contudo, a partir das eleições de 1982, a UCD implodiu, e o seu papel de principal partido de direita foi assumido pela AP, que, em 1989, mudou o nome para Partido Popular (PP – Partido Popular). Estes três partidos, o PSOE, à esquerda, e a UCD e a AP/PP, à direita, têm sido o partido do Governo e o principal partido da oposição, respetivamente, alternando no poder em 1982, 1996 e 2004 (Gunther, Montero e Botella 2004).

A esquerda e a direita representam atitudes radicalmente diferentes em relação ao passado, devido ao facto de a UCD, e depois a AP/PP, ser o principal herdeiro político do lado vencedor da Guerra Civil, e o PSOE o do lado vencido. No entanto, ambos os lados concordaram em não instrumentalizar o passado. Uma das razões para isto foi que, no início do período de transição, tanto os franquistas como a oposição se sentiam fracos e, por consequência, compelidos a procurar acordo. A direita controlava o aparelho repressivo ainda franquista, mas a esquerda conseguia mobilizar as massas. A direita obteve a amnistia legal em troca de abdicar do seu monopólio do poder, enquanto a esquerda ganhava direitos democráticos havia muito ansiados, em troca de alargar a amnistia para abranger a repressão franquista durante a ditadura. Isto, contudo, não significa que fosse um pacto com equilíbrio entre as partes. Num cenário democrático, a direita tinha claramente mais a ganhar em aderir ao pacto porque ficava «liberta» do seu passado não democrático, ao passo que a esquerda tinha mais a perder, visto que não poderia tirar partido da sua história como defensora da democracia. Esta diferente relação com o passado autoritário é claramente visível no grau em que cada lado estava disposto a respeitar o pacto informal da transição. Os partidos de direita sempre insistiram em seguir os acordos da transição e alertaram contra «abrir velhas feridas» quando o passado autoritário ameaçou entrar no debate político.

Os partidos de esquerda e o pacto tácito de transição

O grau em que o PSOE e os outros partidos de esquerda respeitaram o acordo informal passou por várias fases. Estas variações explicam-se melhor pelo interesse político da esquerda em respeitar ou quebrar o acordo. Durante a legislatura constituinte de 1977-1979, houve muito poucas iniciativas parlamentares respeitantes ao passado ditatorial. Foi completamente dominada pela elaboração da nova constituição, que era a expressão exata da política de consenso que assentava no acordo informal de não instrumentalizar o passado. Durante esta fase inicial, as razões dos partidos de esquerda para respeitar o pacto eram as mesmas que estavam por detrás do acordo em si. O facto de não poderem utilizar a sua história de defensores da democracia era o preço a pagar pela construção e consolidação da democracia. Este modo de pensar tinha como premissa a assunção de que a democracia estava em perigo e, nesta perspetiva, a esquerda não teria interesse em quebrar o pacto.

Com o começo da primeira legislatura ordinária de 1979, as coisas mudaram. Este período assistiu a um crescimento explosivo do número de iniciativas legislativas relacionadas com o passado autoritário, incluindo sobre pensões para as viúvas de soldados republicanos – uma medida que tinha sido adiada devido à tarefa urgente de escrever a Constituição, na legislatura precedente. Estas primeiras leis de reparação não mencionavam o sofrimento daqueles que tinham lutado em defesa de um regime legítimo, nem a ditadura ou quaisquer indivíduos eram mencionados como sendo responsáveis pelas injustiças cometidas (Aguilar Fernández 2006, 271-281; 2008b, 420-421). Portanto, mais do que uma violação do pacto informal de não instrumentalizar o passado, estas iniciativas legislativas podem ser consideradas uma expressão das reparações mínimas necessárias para que o acordo funcionasse.

A nível local, tomou-se um tipo diferente de iniciativa, que também tinha a ver diretamente com o passado autoritário. O princípio da primeira legislatura democrática, em abril de 1979, coincidiu com as primeiras eleições para os municípios. Nuns quantos locais em que os partidos de esquerda ganharam as eleições, foram tomadas iniciativas para começar a exumar restos mortais de valas comuns da Guerra Civil. As câmaras de esquerda eram muito variadas, indo de conselhos dominados pelo PSOE ou pelo PCE até aos que eram dirigidos por coligações de vários partidos de esquerda, fossem secções locais de partidos nacionais

Carsten Humlebæk

ou partidos regionais ou municipais. Em todos os casos, os planos para abrir as sepulturas tiveram origem numa espécie de iniciativa popular, quer de fora do conselho municipal quer canalizada por algum dos seus membros recém-eleitos. Um exemplo destes casos das primeiras exumações em valas comuns passou-se na Extremadura, na aldeia de Torremejía, que tinha, nesse tempo, menos de 2000 habitantes. Pouco depois das eleições, um grupo de cidadãos pediu ao presidente da autarquia, Benito Benítez, de esquerda, que exumasse os seus familiares da vala comum para onde tinham sido lançados depois de executados, em 14 de setembro de 1939. Depois de aprovada pelo conselho, a exumação realizou-se a 17 e 18 de agosto de 1979 e as ossadas de 33 republicanos mereceram uma cerimónia fúnebre a que assistiram cerca de 1000 pessoas – o que dá uma ideia da ressonância que tinha este tipo de iniciativa (Baviano 1980a, 1980b, 1980c; Piedehierro 2004; Humlebæk 2010).

Este caso demonstra que a fase inicial da «recuperação da memória histórica» – para usar a expressão que desde então se tornou comum – não decorreu sem conflito. Muitas das ações empreendidas, tanto de exumação de corpos que traziam para a esfera pública crimes que tinham ficado impunes, como reclamações de justiça ou homenagens a vítimas da repressão, iam contra o pacto informal entre os partidos políticos. Os casos de reabertura de valas comuns não foram provavelmente muito numerosos, mas não ocorreram apenas numa parte isolada do país.³ Mas estas quebras do acordo informal não chegaram ao Parlamento de Madrid nem causaram qualquer debate alargado, a nível nacional. Os partidos de esquerda com dimensão nacional não saíram em defesa dos seus partidários e aliados locais e a questão foi, ao que parece, amplamente silenciada. Do mesmo modo, a questão não recebeu grande atenção dos *media*, o que sugere que estes, em geral, colaboravam nos esforços para silenciar este problemático legado do passado autoritário.

Esta fase em que a política de esquerda a nível local, em alguns lugares, mostrou seguir um desenvolvimento independente durou aproximadamente dois anos. Em 23 de fevereiro de 1981, um tenente-coronel da Guarda Civil, Antonio Tejero, irrompeu pelo Parlamento com os seus

³ Além do exemplo referido na Extremadura, encontrei outro caso na província de Navarra e dois outros casos na província de Burgos, nas cidades de Lerma e de Torresandino. Para a história de Lerma, ver Escolar (2006). Tanto quanto sei, não existe nenhum levantamento completo destas exumações de 1979 e 1980, que desafiam o sentido do pacto informal de não instrumentalizar politicamente o passado. A ARMH não menciona os acontecimentos de 1979 e 1980 no seu sítio (www.memoriahistorica.org), ainda que possam ser considerados antecedentes da formação da Associação.

Atitudes partidárias e passado autoritário na democracia espanhola

seguidores e tentou um golpe militar. Esta experiência reavivou em muitas pessoas o receio de que talvez os espanhóis fossem incapazes de viver em democracia. Aparentemente, o *putsch* falhado e o sentimento coletivo que despertou reativaram a repressão da memória a que as pessoas tinham sido forçadas durante a ditadura e o movimento social que estava aliado a uns quantos governos locais de esquerda e que procurava recuperar essa memória foi interrompido. Não porque as questões relacionadas com a memória tivessem estado entre os principais motivos que levaram à tentativa de golpe, mas porque as questões que podiam ofender os elementos de direita dos círculos militar e político eram evitadas a bem da manutenção do consenso. Reabrir sepulturas, o que punha em causa tanto o acordo tácito entre as elites políticas como a Lei de Amnistia – que eram a própria base da transição –, decerto preocupou realmente os partidos de direita. Isto pode ajudar a compreender a razão por que a tentativa de golpe resultou num «fechamento total» da abertura que estava a deixar o «passado incómodo» entrar na esfera pública e por que o resto da década de 1980 seria o período com o menor número de iniciativas legislativas respeitantes ao passado franquista (Aguilar Fernández 2006, 273-276).

Pouco depois do golpe falhado, alcançou-se um amplo consenso quanto a algumas questões políticas incómodas, e o problema da memória da ditadura foi também influenciado de modo semelhante pelo terramoto político causado pelo *putsch*. Por exemplo, não foram reabertas mais nenhuma valas comuns entre 1981 e 2000.⁴ A democracia estava sob ameaça dos restos do regime de Franco e, portanto, ainda tinha necessidade urgente de consolidação. Isto deu novo impulso à política de consenso e fez as pessoas, e os políticos, em particular, unirem-se em torno da ideia central do pacto informal de não instrumentalizar politicamente o passado.

O *putsch* de fevereiro de 1981 marcou, deste modo, uma mudança de atitude em relação ao passado autoritário, defendendo os partidos tanto da esquerda como da direita o acordo informal. Em outubro de 1982, o PSOE ganhou as eleições legislativas e assumiu a governação. Podia-se pôr a hipótese de que o sucesso eleitoral do PSOE abrisse uma nova conjuntura quanto ao acordo informal. Agora no poder, e com uma maioria confortável no Parlamento, o PSOE podia ter renunciado ao acordo e

⁴ Nos principais jornais espanhóis, não há referência a nenhuma vala comum ser reaberta entre 1981 e 2000, nem tão-pouco no sítio da *web* da ARMH, ou em qualquer outro sítio.

Carsten Humlebæk

exigido investigações completas dos crimes do passado. No entanto, os socialistas mantiveram geralmente o apoio aos princípios do acordo tácito de não instrumentalizar o passado, em particular durante os anos 1980. Aguilar Fernández considera surpreendente que, durante as duas legislaturas seguintes – 1982-86 e 1986-1989 –, se verificasse o número mais baixo de sempre de iniciativas legislativas relacionadas com o passado ditatorial (2006, 276). Contudo, tendo em conta a necessidade geralmente sentida de consolidar a democracia, que o *putsch* tinha ameaçado, não é de admirar que o Governo do PSOE respeitasse o acordo tácito.

É igualmente verdade, porém, como observou Omar Encarnación, que o PSOE, sob a liderança de Felipe González, tinha estado a atravessar um processo interno de modernização política que envolvia a sua transformação num partido *catch-all*. Como demonstrou o repetido sucesso eleitoral do PSOE, o partido levou a cabo essa tarefa, que implicava distanciar-se do seu próprio passado republicano, com grande êxito, e isso deixou-o relutante em exigir uma investigação cabal dos crimes cometidos durante a Guerra Civil (Encarnación 2008, 441-442). Não obstante, voltando à questão do interesse político, se a esquerda tivesse quebrado o acordo tácito, teria ganho alguma vantagem política. Durante os anos 1980, o PSOE estava tão firmemente colocado no poder, com maiorias parlamentares absolutas, que não tinha nenhuma boa razão para romper o pacto.

Um exemplo do respeito do Governo PSOE pelo pacto foi a declaração oficial, em 1986, por ocasião do 50.º aniversário do início da Guerra Civil, em que o Governo afirmou: «Uma guerra civil não é um acontecimento para comemorar [...] a Guerra Civil de Espanha pertence definitivamente ao passado» (Humlebæk 1986). A sociedade espanhola contemporânea, segundo o Governo, tinha mostrado a sua disposição para deixar as feridas da Guerra Civil sararem e usar a memória desta apenas para impedir «o fantasma da guerra e do ódio» de dominar Espanha de novo. A vontade de esquecer as partes negativas ou problemáticas do passado era claramente interpretada como algo de positivo: um feito que era simultaneamente paralelo e parte constituinte do estabelecimento de um sistema democrático. A grande declaração caracterizava-se pelo esforço de tornar inofensivo esse passado difícil, colocando distância entre o presente e a Guerra Civil: não continha nenhum reconhecimento das vítimas.

A mudança seguinte na atitude da esquerda em relação ao passado franquista surgiu com a campanha eleitoral de 1993, quando o pacto foi rompido pelo PSOE. Pela primeira vez, o PSOE receou perder as eleições para o PP. As elites do PSOE decidiram, por isso, focar a sua campanha em

Atitudes partidárias e passado autoritário na democracia espanhola

torno da instrumentalização do passado franquista do PP, insinuando que a democracia ficaria em perigo se este ganhasse as eleições (Aguilar Fernández 2006, 283-285). Isto reforça o ponto de vista acima referido de que o pacto só foi quebrado quando os partidos de esquerda tiveram interesse político em fazê-lo. Percebendo que, em 1993, a base do seu poder tinha sido minada, as elites do PSOE não hesitaram em romper o acordo. A distribuição desigual das concessões feitas para aderir ao pacto informal e dos benefícios colhidos por respeitá-lo tornavam-no frágil a longo prazo. Os partidos de esquerda tinham limitado as suas possibilidades de obter ganhos políticos do seu passado, o que só era aceitável enquanto a democracia estivesse em perigo ou eles próprios detivessem o poder.

O PSOE acabou por vencer as eleições e, a seguir, retomou a sua prática anterior de respeitar o pacto, não exigindo quaisquer investigações dos crimes passados nem apresentando nenhuma declaração oficial respeitantes ao passado autoritário. A legislatura de 1993-1996, em conjunto com as duas primeiras legislaturas do PSOE, caracterizou-se pelo número mais baixo de sempre de iniciativas legislativas relacionadas com o passado. Em 1996, o PP ganhou as eleições, apesar da tentativa do PSOE de retomar a anterior campanha eleitoral e insistir no passado franquista do partido conservador. O pacto informal foi, assim, rompido de novo, e a legislatura, em geral, assistiu a um aumento do número de iniciativas parlamentares relacionadas com o passado, mas não a mudanças significativas nas atitudes relativas ao passado franquista.

Contudo, em setembro de 1999, perto do fim da legislatura, foi debatida a primeira iniciativa parlamentar que visava condenar o passado ditatorial. Se as campanhas eleitorais de 1993 e 1996 tinham desrespeitado o acordo informal, esta discussão aberta do passado autoritário no Parlamento marcou outra mudança na atitude dos partidos de esquerda para com o passado. Expliquei anteriormente como a utilização política do passado pelos partidos de esquerda se intensificou com a vitória eleitoral do PP em 2000, quando o partido conquistou uma maioria absoluta (Humlebæk 2005). O PP foi visado por toda uma série de iniciativas parlamentares em que a esquerda e os principais partidos nacionalistas, o basco e o catalão, tentaram fazer passar declarações sobre a Guerra Civil e o regime franquista – frequentemente pedindo o reconhecimento de vários grupos de vítimas que até então tinham sido ignorados. O passado ditatorial tinha, assim, sido transformado numa questão política e, como tal, o principal objetivo do acordo deixara de ser salvaguardado. O desrespeito pelo acordo foi unilateral. O PP sempre lamentou essa atitude, alegando que as iniciativas estavam a reabrir feridas antigas e que a recupe-

Carsten Humlebæk

ração da memória era desnecessária e prejudicial para o clima democrático em Espanha. A única vez que o PP aceitou assinar uma declaração comum foi em novembro de 2002, quando todos os partidos políticos assinaram uma declaração conjunta a condenar a Guerra Civil e a ditadura. O PP viu, sem dúvida, a declaração como uma restauração do antigo pacto informal e esperou que pusesse fim às iniciativas parlamentares daquele teor. Tal não aconteceu e os partidos de esquerda tenderam a considerar a declaração como um novo acordo que aguardava aplicação.

A última mudança da atitude dos partidos de esquerda em relação ao passado autoritário ocorreu em 2004, quando o PSOE, liderado por José Luis Rodríguez Zapatero, regressou ao poder. Toda uma série de leis e medidas de reparação foram decretadas desde então, prestando homenagem explícita às vítimas de repressão e considerando o regime de Franco responsável pela discriminação e violência que sofreram. A mais notável dessas medidas foi a Lei de Reparação, de 2007, vulgarmente conhecida como «Lei da Memória Histórica» (*Boletín Oficial del Estado* 2007). Infelizmente ultrapassa o âmbito deste ensaio discutir os pormenores desta complexa peça de legislação e as outras medidas tomadas pelo Governo de Zapatero (Aguilar Fernández 2008a; Encarnación 2008). O nome por que ficou conhecida refere-se ao facto de que o principal objetivo da lei é recuperar a memória daqueles que, na luta para estabelecer uma democracia em Espanha, caíram no esquecimento devido ao pacto informal da transição. Estranhamente, não havia nada no programa eleitoral do PSOE que revelasse este enfoque na retificação dos erros da transição relativamente às vítimas do franquismo e da Guerra Civil. Nem a campanha eleitoral nem o discurso inaugural o mencionaram, mas pouco tempo depois passou para o topo da agenda política. Falar acerca de recuperar a memória histórica tornou-se um meio de chamar a atenção para causas que tinham sido esquecidas, negligenciadas ou silenciadas durante as décadas que se seguiram à morte de Franco: uma tática frequentemente utilizada pela esquerda e pelos seus aliados nacionalistas catalães e bascos (Aguilar Fernández 2008b, 421-429).

É evidente, deste modo, que já não existe um pacto entre as principais forças políticas sobre o modo de lidar com o difícil passado da Guerra Civil e da ditadura. O passado autoritário entrou definitivamente na arena política. As razões por detrás desta mudança de agulha na atitude da esquerda em relação ao passado autoritário são muitas e de entre elas Aguilar Fernández enumera cinco. Primeira, a ascensão de uma nova geração dentro do PSOE, que olha para trás com menos receio do que as gerações anteriores. Segunda, o PSOE tinha de corresponder às expecta-

Atitudes partidárias e passado autoritário na democracia espanhola

tivas da supracitada vaga de iniciativas que tinha promovido como oposição ao Governo do PP. Terceira, o Governo tinha de honrar o compromisso constante na declaração de novembro de 2002, promovendo medidas de reparação. Quarta, como Governo de minoria, o PSOE dependia do apoio dos outros partidos de esquerda e regionais, em particular a Esquerda Unida (IU – Izquierda Unida) e a Esquerda Republicana da Catalunha (ERC – Esquerra Republicana de Catalunya), que se concentravam muito nestas questões. Quinta, a chegada do Governo de Zapatero coincidiu com uma série de aniversários importantes relacionados com a Guerra Civil. O facto de a questão da memória histórica e da sua recuperação do esquecimento não terem sido usadas na campanha eleitoral marca uma diferença em comparação com as campanhas eleitorais de 1993 e 1996, quando o PSOE se batia para manter o poder. Embora se possa dizer que o PSOE teve interesse político em utilizar o passado politicamente e em obter, desse modo, vantagem do seu próprio passado como defensor da democracia, ele não o fez (2008b, 427-429).

A «erupção» da memória histórica

Desde meados dos anos 1990, o passado autoritário e a sua memória apareciam, de tempos a tempos, em debates públicos, mas a verdadeira «erupção» da memória só aconteceu na viragem do século. Uma das razões para este ajuste de contas com o regime de Franco bastante tardio pode ter sido as atitudes ambivalentes em relação ao passado que a maioria dos espanhóis, sobretudo das gerações mais velhas, tinha alimentado durante muito tempo. Aguilar Fernández analisou dados de sondagens de opinião do período democrático que demonstravam que a maioria dos espanhóis reconhecia e estava merecidamente orgulhosa dos grandes avanços na sociedade espanhola desde 1975, embora revelasse simultaneamente muitas continuidades com respeito a avaliações relativas à Guerra Civil e aos legados do franquismo. Por exemplo, em 2000, 51% discordavam da afirmação de que «agora as divisões e ódios da Guerra Civil foram esquecidos» (quadro 5.1). Contudo, ao mesmo tempo, 72% concordavam em que «a maneira de pensar das pessoas não tem praticamente nada a ver com o passado». Esta mesma ambivalência era visível na resposta à pergunta «Como pensa que o franquismo será visto na história de Espanha?», que foi feita repetidamente.

A categoria de «como um período positivo» diminuiu de forma constante com o tempo, de 17,7%, em 1985, para 10,4%, em 2000, ao passo

Carsten Humlebæk

que a resposta «como um período negativo» foi tendo um número sempre crescente de pontos, de 27,3% para 37,4%. Porém, a categoria que manteve consistentemente a maior pontuação foi a de «como um período com coisas boas e más», que permaneceu notavelmente estável ao longo do tempo, recolhendo entre 42,5 e 48,9 pontos percentuais nos 15 anos que mediaram entre 1985 e 2000. A esta ambivalência, que pode ser tomada como um sinal de que o espírito da transição continua vivo entre mesmo muitos espanhóis, tem correspondido um número constantemente crescente de avaliações positivas da democracia espanhola (Aguilar Fernández 2006, 263-271).⁵

Na esfera pública, foi apenas por volta de 2000-2001 que a erupção da memória se manifestou. As principais tendências nesta evolução foram reivindicações sociais que tiveram origem na mudança de geração. Os espanhóis falam da «geração dos netos», que não viveram nem no tempo da Guerra Civil nem da ditadura e que, portanto, nunca foram socializados por essas experiências. Foram estes que começaram a desafiar o silêncio que rodeava a Guerra Civil e a ditadura, exigindo saber o que tinha realmente acontecido. Um exemplo esplêndido desta reivindicação social é a fundação, em 2000, da Asociación para la Recuperación de la Memoria Histórica (ARMH), que tem um objetivo específico de exumar os corpos de tantas valas comuns quantas possíveis e identificar o maior número de vítimas possível. O fundador da ARMH, Emilio Silva Barrera, pertencia ele próprio à «geração dos netos» e a organização foi fundada quando, em 2000, ele começou o processo de reabrir a vala comum que continha os restos mortais do seu avô. Ao abrir o seu sítio na *web*, a associação foi inundada por um grande número de pessoas que contavam o que sabiam acerca de valas comuns e dos desaparecidos. Apesar dos intensos esforços da Associação para conseguir atrair o interesse dos *media* para o trabalho da organização em várias localidades por toda a Espanha, isso não aconteceu até cerca de 2001 ou 2002, quando, de repente, a reabertura de valas comuns se tornou uma boa notícia que passou a aparecer regularmente na comunicação social.⁶ Se considerarmos que os *media* são representativos de um discurso social dominante, concluiremos que

⁵ A pergunta não foi incluída nas sondagens desde 2000. Para informação mais detalhada sobre a avaliação da ditadura e da democracia em sondagens de opinião, ver Aguilar Fernández e Humlebæk (2002).

⁶ Entrevista pessoal com Emilio Silva Barrera realizada em 14 de junho de 2003. Uma pesquisa no arquivo do *El País*, em www.elpais.com, revela que a primeira notícia sobre abertura de valas comuns saiu em setembro de 2001, quase um ano depois da primeira exumação.

*Atitudes partidárias e passado autoritário na democracia espanhola***Quadro 5.1 – Atitudes perante o regime de Franco (%)**

	1985	1986	1987	1988	1995	2000
Como um período positivo	17,7	19,4	16,7	16,2	11,2	10,4
Como um período negativo	27,3	30,8	31,6	30,6	34,0	37,4
Como uma fase com elementos positivos e negativos	46,2	43,8	44,6	42,5	48,9	46,4
Não sabe/não responde	8,5	6,1	7,1	10,7	5,9	5,8

Nota: resposta à pergunta: «Como será o franquismo visto na história de Espanha?» (%).

Fonte: Aguilar Fernández e Humlebæk (2002, 131).

o interesse pelo passado autoritário e pela recuperação das memórias reprimidas apenas se tornou uma preocupação importante por volta de 2001 ou 2002.

No entanto, como foi dito acima, no Parlamento, a erupção da memória começou em finais de 1999. Aí, a emergência do passado autoritário teve provavelmente menos a ver com a questão da mudança de geração e mais com o facto de o PP, de direita, herdeiro do regime de Franco, estar a governar Espanha pela primeira vez desde a ditadura. Contudo, esta mudança de atitude não coincidiu com a mudança de governo, visto que o PP estava no poder desde 1996. A primeira destas iniciativas foi, na realidade, inspirada por uma visita institucional da Comissão de Negócios Estrangeiros ao México. Para sua grande surpresa, os membros da comissão descobriram que o 60.º aniversário do exílio dos espanhóis estava a ser celebrado pública e oficialmente e, no regresso a Madrid, a oposição apresentou uma proposta para se fazer o mesmo em Espanha (BOCG 1999a; 1999b; DSCD 1999).

Depois das eleições gerais de 2004, que foram ganhas pelo PSOE, a questão da recuperação das memórias silenciadas assumiu proporções diferentes. Obviamente, as exigências já não tinham relação com a conquista do poder, mas, depois de Zapatero se tornar primeiro-ministro, tornaram-se parte do programa político do Governo espanhol. Zapatero foi o primeiro primeiro-ministro espanhol que pertence à «geração dos netos»; mais, provém de uma família que sofreu perdas na guerra: o seu avô, um oficial republicano, foi morto nos primeiros dias da Guerra Civil. As medidas de reparação do Governo de Zapatero representaram uma quebra de todos os acordos informais datados do período de transição.

O facto de estas iniciativas provirem do Governo não as tornou, de modo nenhum, menos controversas. Na verdade, esta nova política de reconhecimento e reparação causou acesos debates, em várias ocasiões, em Espanha, contribuindo para o clima político crescentemente polari-

Carsten Humlebæk

zado que caracterizou o primeiro Governo de Zapatero. No entanto, sondagens de opinião sugerem que a maioria dos espanhóis concordou com a posição do Governo nesta matéria. Numa sondagem de outubro de 2005, do Centro de Investigações Sociológicas (CIS), 54,1% dos espanhóis concordavam com a necessidade de algum tipo de reconhecimento das vítimas da Guerra Civil, contra 24,8% que estavam contra. Um total de 53,3% considerava que as vítimas da guerra tinham sido esquecidas e que era agora a altura certa para corrigir esse erro, contra 24% que se opunham. Contudo, 43,3% consideravam não ter sentido procurar recuperar os factos, uma vez que os mesmos já pertenciam ao passado (CIS 2005). Deste modo, a ambivalência continua e, embora os opositores da política de Zapatero neste campo sejam uma minoria, têm, de facto, aliados poderosos, como, por exemplo, a Igreja Católica.

O PP não elaborou nenhuma resposta para esta nova situação em que o velho acordo informal já não existe e em que o passado autoritário se tornou uma parte natural da discussão política, com todas as consequentes reivindicações de reparação, de verdade e atribuição de culpas, etc. A direita, basicamente, ainda reagiu como fez nas décadas anteriores, alegando que demasiada memória simplesmente reabria feridas antigas e agarrando-se, assim, à interpretação dominante da transição. Para eles, a maior parte da memória recuperada é redundante, desnecessária e até prejudicial. O PP, portanto, ainda não conseguiu libertar-se dos seus laços com o passado franquista.

Conclusão

Os partidos políticos tinham boas razões, durante o período democrático inicial, para aderir ao acordo tácito de transição de não instrumentalizar o passado e, enquanto se sentisse que a democracia tinha necessidade de mais consolidação, essas razões permaneciam válidas, o que explica a existência do pacto na década de 1970 e na maior parte da de 1980. A principal razão para o processo de ajuste de contas com o passado franquista não ter começado no final dos anos 1980 ou nos 1990 parece ter sido o PSOE ter decidido lidar com o passado apenas quando estava prestes a perder o poder tendo, portanto, interesse em tirar proveito da vantagem que podia obter quebrando o acordo. Ainda assim, esta explicação não abrange o período de 1996 a 1999, uma vez que o PP ganhou as eleições em 1996, mas as exigências de recuperar as memórias silenciadas do passado autoritário surgiram a vários níveis da sociedade

Atitudes partidárias e passado autoritário na democracia espanhola

espanhola apenas entre 1999 e 2001. Isto sugere que a questão se prendia com a complexa relação entre os *media*, a arena política e as reivindicações sociais. É sem dúvida difícil sustentar que a mudança teve origem apenas como exigência social. Além disso, o *timing* do aparecimento desta questão parece bastante fortuito, visto que não estava relacionado com a mudança de governo e só de forma marginal teve a ver com o 60.º aniversário do fim da Guerra Civil. O argumento da mudança de geração é, sem dúvida, uma peça importante do *puzzle*, mas continua a não explicar a ocasião da erupção. Em 2000, as pessoas nascidas depois da morte de Franco estavam a chegar aos 25 anos de idade e, no entanto, não foram elas a origem daquela exigência. Em termos gerais, a «geração dos netos» refere-se a pessoas que nasceram na década de 1960 e mantém-se a questão de perceber porque começariam a expressar as suas exigências apenas por volta de 2000, e não cerca de 1996 – depois da mudança de governo – ou ainda mais cedo.

Referências bibliográficas

- Aguilar Fernández, P. 1997. «Collective memory of the Spanish civil war: the case of the political amnesty in the Spanish transition to democracy». *Democratization*, 4 (4): 88-109.
- Aguilar Fernández, P. 2001. «Justice, politics and memory in the Spanish transition». In *The Politics of Memory: Transitional Justice in Democratizing Societies*, eds. A. Barahona de Brito, C. González-Enríquez e P. Aguilar Fernández. Oxford: Oxford University Press, 92-118.
- Aguilar Fernández, P. 2006. «Presencia y ausencia de la guerra civil y del franquismo en la democracia española: reflexiones en torno a la articulación y ruptura del «pacto de silencio»». In *Guerra Civil: Mito y Memoria*, eds. J. Aróstegui e F. Godicheau. Madrid: Marcial Pons, 245-295.
- Aguilar Fernández, P. 2008a. *Políticas de Memoria y Memorias de Política*. Madrid: Alianza.
- Aguilar Fernández, p. 2008b. «Transitional or post-transitional justice? Recent developments in the Spanish case». *South European Society e Politics*, 13 (4): 417-433.
- Aguilar Fernández, P., e C. Humlebæk, C. 2002. «Collective memory and national identity in the Spanish democracy: the legacies of Francoism and the civil war». *History and Memory*, 14 (1-2): 121-165.
- ARMH (Asociación para la Recuperación de la Memoria Histórica). 2007. Disponível em: www.memoriahistorica.org.
- Baviano, J. M. 1980a. «El juicio contra el alcalde de Torremegía el recuerdo de los fusilamientos de 1936». *El País*, 22 de junho.
- Baviano, J. M. 1980b. «Los vecinos desembargaron la vaca del alcalde». *El País*, 22 de junho.
- Baviano, J. M. 1980c. «El alcalde de Torremegía, absuelto de la supuesta malversación de caudales públicos». *El País*, 25 de junho.

Carsten Humlebæk

- BOCG (*Boletín Oficial de las Cortes Generales*). 1999a. «Proposición no de ley sobre conmemoración del 60.º aniversario del exilio español con ocasión de la finalización de la guerra civil española». *Boletín Oficial de las Cortes Generales*, D-447/1999, 8-9.
- BOCG (*Boletín Oficial de las Cortes Generales*). 1999b. «Proposición no de ley relativa al 60.º aniversario del exilio español tras la guerra civil española». *Boletín Oficial de las Cortes Generales*, D-447/1999, 12-14.
- Boletín Oficial del Estado*. 2007. «Ley 52/2007, 26 de diciembre, por la que se reconocen y amplían derechos y se establecen medidas en favor de quienes padecieron persecución o violencia durante la guerra civil y la dictadura». *Boletín Oficial del Estado*, 310, 53410-53416.
- CIS (*Centro de Investigaciones Sociológicas*). 2005. «Barómetro octubre 2005». *Estudio*, 2622, CIS, Madrid.
- DSCD (*Diario de Sesiones del Congreso de los Diputados*). 1999. «Comisiones», 743/1999, 21851-21859.
- Encarnación, O. 2008. «Reconciliation after democratization: coping with the past in Spain». *Political Science Quarterly*, 123 (3): 435-459.
- Escolar A. 2006. «Tumbas de la guerra civil», disponible en: <http://blogs.20minutos.es/ar-senioscolar/post/2006/09/06/tumbas-la-guerra-civil>
- Gunther, R., J. S. Montero, e J. Botella. 2004. *Democracy in Modern Spain*. New Haven, MA: Yale University Press.
- Hite, K., e L. Morlino. 2004. «Problematizing the links between authoritarian legacies and 'good' democracy». In *Democracy and Authoritarian Legacies in Southern Europe and Latin America*, eds. Cesarini e K. Hite. Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press, 25-83.
- Humlebæk, C. 1986. «Declaración del gobierno: 'una guerra fratricida no es un acontecimiento conmemorable'». *Ya*, 19 de julho.
- Humlebæk, C. 2005. «Political uses of the recent past in the Spanish post-authoritarian democracy». In *Partisan Histories: The Past in Contemporary Global Politics*, eds. M. Friedman e Kenney. Nova Iorque e Basingstoke: Palgrave-Macmillan, 75-88.
- Humlebæk, C. 2010. «Revisiting the so-called «pacto de olvido»». In *The Politics and Memory of Democratic Transition: the Spanish Model*, eds. D. Muro e G. Alonso. Londres: Routledge.
- Maxwell, K. 1995. *The Making of Portuguese Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Piedehierro, M. 2004. «Homenaje a 25 años de dignidad en Torremejía». *El Periódico Extremadura*, 4 de setembro.
- Pinto, A. C. 2006. «Authoritarian legacies, transitional justice and state crisis in Portugal's democratization». *Democratization*, 13 (2): 173-204.

Índice remissivo

A

Acuña, Carlos H., 190
Adell, Ramón, 157
Adorno, Theodor W., 23
África do Sul, 198, 203
Aguero, Felipe, 219
Aguilar Fernández, Paloma, 33-34, 90,
123-127, 129, 131-132, 134-137, 141,
151, 153, 189-190, 213, 225, 233
Alba, Carlos, R.33
Alemanha, 52, 80, 146, 200, 232
Alfonsín, Raúl Ricardo, 193-194, 198
Algardi, Zara, 75
Alvizatos, Nikos C., 170-171, 186,
189
Almond, Abraham, 229
Alonso, Gregorio, 189
Alves, Vítor, 96
América Latina, 189, 193-198, 203,
Anderson, Benedict, 44, 46
Angola, 94
Araújo, António, 87, 94
Arendt, Hannah, 221
Argentina, 17, 27, 49, 169, 189-190,
193-199, 202-204, 207
Art, David, 20, 82
Atenas, 170, 178-179
Athanasatou, Yianna, 169
Ática, 173
Atlântico, 194
Aylwin, Patricio, 196, 198

B

Baby, Sophie, 151
Bacalhau, Mário, 90
Backer, David, 22
Badoglio, Pietro 28, 66, 68-69
Ballbé, Manuel, 143, 151
Barahona de Brito, Alexandra, 22-25,
42-44, 50, 52, 54, 87, 190, 203, 213,
217, 232
Barnes, Samuel H., 83, 228
Barrera, Emilio Silva, 136
Baviano, José María, 130
Bayle, Jean Louis, 142, 159
Bayley, David H., 142-143, 154
Bendix, Reinhard, 235
Benítez, Benito, 130
Berlin, Isaiah, 52, 55-56,
Bermeo, Nancy, 27, 215
Biggar, Nigel, 190
Bilbau, 151
Blanco, Juan Carlos, 195
Blaney, Gerald, 151
Bordaberry, Juan María, 195
Botella, Joan 123, 128
Branco, Jorge Freitas, 192
Brandt, Willy, 106
Brasil, 25, 108, 195, 197-199, 202
Bruneau, Thomas C., 91, 99, 231
Brysk, Alison, 190
Burgos, 130

*A Sombra das Ditaduras***C**

Caetano, Marcello, 91, 231
 Caldeira, Alfredo, 102
 Calhoun, Noel, 90
 Campilho, Vasco, 189
 Cândia, Fernanda, 160
 Canosa, Romano, 71, 76
 Carvalho, Otelio Saraiva de, 94
 Cassino, 72
 Catalano, Franco, 67
 Catalunha, 135, 156, 162
 Cebrián, Juan Luís, 141
 Cenci, Cristina, 78
 Cesarini, Paola, 23, 28, 213-214, 227
 Chiarini, Roberto, 78, 81
 Chile, 27, 169, 189-190, 195-203, 205
 Chipre, 167, 170-171, 174, 181, 184, 191, 197, 199, 204, 226
 Chopin, Frédéric, 57
 Churchill, Winston, 69
 Ciampi, Carlo Azeglio, 82
 Clemente, Pedro J., 143
 Coimbra, 94, 110, 115
 Colaço, António Bernardo, 158, 160
 Connerton, Paul, 45
 Constantino, rei, 175
 Cossiga, Francesco, 82
 Costa Gomes, Francisco da, 94
 Cotungo, arcebispo Nicolás, 195

D

Dahl, Robert, 22
 Danopoulos, Constantine P., 173
 David, Roman, 90
 Davis, Madeleine, 203
 de Felice, Renzo, 67
 de Gasperi, Alcide, 30, 75
 de Grazia, Victoria, 65
 Delgado Aguado, Julián, 146, 151
 Delgado, Humberto, 102, 108, 110
 Della Porta, Donatella, 142, 152, 157
 Dertilis, Nicolaos, 175
 Diamandouros, Nikiforos, 170

Diamond, Larry, 218

Dirks, Nicholas B., 216
 Dixon, Jennifer, 61
 Domenico, Roy, 28-29, 75
 Domingo, Pilar, 161
 Dondi, Mirco, 79
 Durán Muñoz, Rafael, 148, 153
 Durão, Susana, 160

E

Ekiert, Grzegorz, 21
 Elster, Jon, 20, 27, 29, 51, 53
 Encarnación, Omar, 33-34, 121, 132, 134, 189
 Escolar, Arsenio, 130
 Espanha, 20, 25, 27-28, 33, 36, 49, 65, 90, 121-122, 124, 126-128, 132, 134-137, 141-144, 146, 150-158, 160-163, 167, 181, 189, 192-193, 198-200, 204, 207, 216, 221-227, 229-235
 Estados Unidos da América, 142, 181, 183, 207, 229
 Europa Central, 23-26, 179
 Europa de Leste, 23-26, 90, 97, 179, 203, 233
 Europa do Sul, 25-28, 36, 65, 123, 181, 189, 191, 213, 216, 220, 224, 227, 231-232
 Extremadura, 130

F

Farneti, Paolo, 231
 Feitlowitz, Marguerite, 190
 Fentress, James, 45
 Ferreira, José Medeiros, 90, 96
 Fishman, Robert M., 233
 Fleischer, Hagen, 171, 189
 Fonseca, Ana Mónica, 92
 Fowler, Brigid, 89
 Frain, Mariteresa, 99
 França, 30, 146, 151, 154
 Franco, Francisco, 33, 65, 122-125, 127, 131, 134-135, 137, 139, 141,

Índice remissivo

150, 159, 182, 192-193, 224, 231
 Franzinelli, Mimmo, 76
 Freitas do Amaral, Diogo, 98

G

Galvão de Melo, Carlos, 94-96, 107
 Gama, Jaime, 157
 Gellner, Ernest, 46
 Gentile, Emilio, 65, 78
 Giddens, Anthony, 216
 Giolitti, Giovanni, 221
 Giussani, Pablo, 193
 Gomes, António Carlos, 158, 160
 González Enríquez, Carmen, 141,
 190, 213
 González, Felipe, 34, 132
 Gouveia, Jorge Bacelar, 87
 Grécia, 27-28, 35-36, 167, 169-170, 172,
 175-178, 181-185, 189, 191, 197,
 199, 202, 204, 221, 223-227, 229-234
 Grodsky, Brian, 25, 89, 97
 Grzymala-Busse, Anna M., 21, 26
 Guarnieri, Carlo, 176
 Guatemala, 203
 Guedes, Afonso Moura, 156
 Guiné-Bissau, 94
 Gunther, Richard, 33, 123, 128, 231
 Gutiérrez Ruiz, Héctor, 195

H

Habermas, Jürgen, 58, 216
 Hadjivassiliou, Elias, 173
 Hagopian, Frances, 219
 Hammond, John L., 148
 Hanson, Stephen E., 21
 Harris, Charles Reginald Schiller, 73
 He, Yanan, 41
 Held, David, 216
 Herreros, Carlos Carnicero, 153
 Hinton, Mercedes S., 142, 146
 Hite, Katherine, 21, 65, 123, 142, 213-
 214, 219, 227,
 Hobsbawm, Eric, 46

Horne, Cynthia, 89
 Huisman, Sander, 159
 Humberto II, 76
 Humlebæk, Carsten, 124, 130, 132-
 -133, 136-137, 189, 216, 224
 Huntington, Samuel P., 24, 89, 93,
 111
 Ignazi, Piero, 78
 Imbriani, Angelo M., 79
 Ioannides, Dimitrios, 169, 172, 174-
 -175
 Itália, 20, 27-30, 36, 65-69, 75, 77, 79-83,
 146, 181, 200, 216, 221, 223-235

J

Jaime-Jiménez, Óscar, 145-146, 151,
 158-159
 Jalali, Carlos, 99, 114
 Japão, 154
 Jar Couselo, Gonzalo, 145, 156
 Jelin, Elizabeth, 41
 Juan Carlos, rei, 125, 192, 195
 Judt, Tony, 30
 Justel, Manuel, 154
 Kádar, András, 142
 Kafetzis, P., 168, 181-183
 Kaminis, Yorgos, 176
 Kant, Immanuel, 52, 55, 58
 Karakatsanis, Neovi, 177
 Karamanlis, Konstantinos, 35, 168,
 170-172, 176-178, 184, 191
 Karl, Terry Lynn, 219
 Kirschner, Néstor, 198
 Korzybski, Alfred, 61
 Kremmydas, George, 175

L

LaPalombara, Joseph, 83, 227, 230
 La Rovere, Luca, 80
 Ladas, Ioannis, 173
 LaPorte, Jody M., 21
 Larsen, Stein, 213
 Lebow, Richard Ned, 41

A Sombra das Ditaduras

- Leebaw, Bronwyn Anne, 70
 Leff, Carol Skalnik, 219
 Lepsius, Mario Rainer, 231
 Lerma, 130
 Letelier, Orlando, 196
 Lima, António Manuel, 108
 Lind, Jennifer, 41
 Linz, Juan J., 22, 91, 146, 215, 219, 231
 Lisboa, 94, 100, 115, 141
 Lobo, Marina Costa, 90
 Londres, 196, 203
 López-Garrido, Diego, 153, 155-156
 Lula da Silva, Luiz Inácio, 198
 Lussier, Danielle N., 21
 Lutz, Ellen, 19, 50
 Luzzatto, Sergio, 79

M

- Macdonald, Ian R., 145, 155
 Madrid, 137, 141, 150, 156
 Magalhães, Pedro C., 98, 176
 Makarezos, Nicolaos, 173
 Makarios, Arcebispo, 174
 Málaga, 152
 Malamud-Goti, Jaime, 190
 Malvinas/Falklands, 197
 Maquiavel, Nicolau, 203
 Maravall, José María, 216
 Martí, Salvador 161
 Martínez, María del Carmen Hurtado,
 154
 Mattei, Franco, 83, 231
 Mavros, George, 178
 Maxwell, Kenneth, 122
 McLeod, Axel, 231
 Meletopoulos, Meletes E., 169
 Melo Antunes, Ernesto, 94
 Menem, Carlos, 194, 198
 Mercuri, Lamberto, 74
 México, 137
 Michelini, Zelmari, 195, 205
 Mihai, Mihaela, 53
 Missori, Mario, 73

- Misztal, Barbara, 43-46
 Mitterand, François, 106
 Moçambique, 94
 Moncloa, 151
 Montero, José Ramon, 30, 123, 128,
 216, 232,
 Morales Villanueva, Antonio, 151
 Morlino, Leonardo, 21, 26, 65, 78, 83,
 123, 142, 214, 216, 218-219, 221,
 227-228, 231.232
 Mota Amaral, João Bosco, 107
 Mouzelis, Nikos P., 169, 180
 Munck, Gerardo L., 219
 Muro, Diego, 143, 153, 189
 Mussolini, Benito, 28, 30, 65-68, 83,
 182

N

- Nalepa, Monika, 24, 26, 27
 Nápoles Guerra, José Luís, 102
 Napolitano, Giorgio, 82
 Navarra, 130
 Nenni, Pietro, 75
 Neppi Modona, Guido, 68, 75
 Nino, Carlos Santiago, 190
 Nobles, Melissa, 19
 Norte de África, 233

O

- O'Donnell, Guillermo, 22-23, 46, 216
 Oakeshott, Michael, 54, 57
 Olick, Jeffrey K., 41
 Oliva, Gianni, 74
 Oliveira, César, 157
 Oliveira, José Ferreira de, 158
 Oliveira, Luísa Tiago de, 192
 Olsen, Tricia D., 89
 Osiel, Mark 47, 190
 Otero, Paulo, 87

P

- Paggi, Leonardo, 78
 País Basco, 124, 133, 143, 151-156,

Índice remissivo

- 162, 199
 Palacios Cerezales, Diego, 93, 145-
 -146, 148-150, 157,
 Palme, Olof, 106
 Pamplona, 152
 Pansa, Giampaolo, 82
 Papadopoulos, George, 169, 175, 231
 Papandreou, Andreas, 176, 178-180
 Papandreou, George, 176
 Pappas, Takis S., 177
 Paris, 170
 Parri, Ferruccio, 75
 Passerini, Luisa, 213
 Pattakos, Stylianos, 173
 Pavone, Claudio, 67
 Payne, Leigh A., 41, 89
 Pereira, Anthony, 142
 Pereira, Victor, 143
 Pérez Díaz, Víctor, 213, 233
 Pérez, Émile, 145
 Pérez, José Antonio, 153
 Piedehierro, Miguel, 130
 Pikramenos, Michael N., 173, 176
 Pimentel, Irene Flunser, 143
 Pinheiro de Azevedo, José, 103
 Pinochet, Augusto 196, 203, 205
 Pinto, António Costa, 27, 31-32, 87,
 90, 93, 99, 122, 141, 148, 150, 159,
 189, 192, 216-217, 224
 Pio XII, papa, 75
 Pires de Lima, Joaquim, 108
 Polónia, 27
 Pop-Eleches, Grigore, 21
 Popper, Karl, 58
 Porto, 94, 115, 149, 151, 157
 Portugal, 25, 28, 31-32, 36, 65, 87-88,
 91, 93-94, 99, 102, 106, 110, 113,
 116-117, 122, 143, 145-147, 150-
 -151, 154-157, 160-163, 167, 181,
 189, 191, 197, 199, 201-204, 216,
 222, 223-226, 229-233
 Power, Timothy J., 22, 24
 Pridham, Geoffrey, 22, 215
 Psomiades, Harry J., 170, 189
- R**
 Raimundo, Filipa, 93, 97, 189, 216
 Ramalho Eanes, António, 32
 Ranger, Terence, 46
 Rawls, John, 55, 56
 Rebelo de Sousa, Marcelo, 110
 Reino Unido, 154, 181
 Reinoso, 158
 Reiss, Albert J., 142
 Reiter, Herbert, 89, 152, 157
 Rensink, Ronald A., 60
 Rentería, 152
 Riaño, 158
 Rico, José María, 151
 Ricoeur, Paul, 51
 Ridolfi, Maurizio, 78
 Righos, Alkis, 169
 Roach, John, 146
 Robinson, Richard A. H., 91
 Roehrig, Terence, 189
 Roht-Arriaza, Naomi, 203
 Roma, 29, 71, 73
 Roniger, Louis, 41, 190
 Roosevelt, Theodore, 69
 Rosa Coutinho, António, 95
 Rosanvallon, Pierre, 159
 Roufogales, Michael, 173
 Rusconi, Gian Enrico, 83
- S**
 Salazar, António de Oliveira, 65, 91,
 108, 182, 231
 Sanguinetti, Julio María, 195, 198
 Sani, Giacomo, 83, 229, 231
 Santamaría, Julian, 83, 229
 Santander, 152
 Saussure, Ferdinand de, 45
 Scalfaro, Oscar Luigi, 82
 Schmitter, Philippe C., 22, 24, 46, 219
 Schudson, Michael, 45, 47
 Schwartz, Barry, 44

A Sombra das Ditaduras

Scilingo, Adolfo, 194
 Scoccimarro, Mauro, 72
 Scoppola, Pietro, 72
 Seferiades, Seraphim, 169
 Setta, Sandro, 75
 Shabad, Goldie, 231
 Sidgewick, Henry, 57
 Sikink, Kathryn, 19, 50, 87
 Simitis, Costas, 176
 Simons, Daniel J., 60
 Smart, John Jamieson Carswell, 51
 Soares, Mário, 32, 116
 Sotiropoulos, Dimitri A., 35, 172, 175, 189, 223-224, 227, 230
 Sousa e Castro, Rodrigo, 87, 95
 Spínola, António de, 96
 Spourdalakis, Michalis, 180
 Stan, Lavinia, 25
 Stefanakis, Costas, 174
 Stepan, Alfred, 91, 219
 Stock, Maria José, 90, 99
 Suárez, Adolfo, 125, 128
 Suíça, 154
 Szacka, Barbara, 43
 Szczerbiak, Aleks, 89
 Sznajder, Mario, 41, 190, 213, 217,

T

Tackenberg, Marco, 146
 Tarchi, Marco, 78, 83, 225,
 Teitel, Ruti G., 23, 89
 Tejero, Antonio, 130, 152
 Thatcher, Margaret, 44
 Thomanek, Jürgen, 146
 Tismaneanu, Vladimir, 23
 Togliatti, Palmiro, 29, 73, 76, 84
 Tomar, 115
 Torpey, John, 19
 Torremejía, 130
 Torresandino, 130
 Turquia, 168, 170, 177, 181, 184, 199, 204

U

Ungar, Mark, 142
 Uruguai, 189-190, 194-198, 205

V

Valenzuela, J. Samuel, 23
 Vega, Rubén, 151, 158
 Verba, Sidney, 229
 Verbitsky, Horacio, 194
 Veremis, Thanos, 169
 Vichy, 207
 Vico, Giambattista, 52
 Vietnam, 207
 Voulgaris, Yannis, 170, 186

W

Waddington, David, 157
 Walling, Booth, 50
 Walzer, Michael, 55
 Washington, 196
 Waters, Jerry B., 83, 227-228
 Weschler, Lawrence, 190
 Whitehead, Laurence, 50, 53-54
 Wickham, Chris, 45
 Wilber, Ken, 16, 42, 57-61, 64
 Wilde, Alexander, 41-42, 49, 190, 207
 Williams, Bernard, 51, 56-57, 89
 Wisler, Dominique, 146
 Woller, Hans, 29-30, 68, 71-72, 74, 76
 Woodhouse, Christopher Montague, 173
 Wüstenberg, Jenny, 20, 82

Z

Zapatero, José Luis Rodríguez, 34, 134-138, 191, 193
 Zerubavel, Eviatar, 45, 49
 Zolkos, Magdalena, 90
 Zunino, Pier Giorgio, 80







